

## AS MÚLTIPLAS FACES DA DESTRUTIVIDADE: UM OLHAR BRASILEIRO

XV JORNADA DA SIG – 28/08/2009

Almerindo A. Boff

O tema que hoje nos convoca à reflexão não pode ser mais oportuno: a destrutividade humana. A destrutividade do humano sobre seu semelhante, sobre seu próximo, sobre o outro humano, enfim, sobre si mesmo.

Destrutividade que tem como ápice a produção do cadáver, do corpo humano inerte, despojado dos atributos que o tornavam sujeito. Sujeito, na dupla posição que a palavra designa: assujeitado às atribuições a ele destinadas no discurso do Outro, enquanto, ao mesmo tempo, produtor de subjetividade no outro.

Destrutividade ancorada na biologia de um primata que, ao longo da evolução da vida no planeta, por ser *Sapiens*, levou à extinção milhares de espécies de seres que com ele competiram pela sobrevivência. Sobrevivência, por sua vez, baseada nesta própria capacidade de levar o inimigo à extinção biológica.

Destrutividade que acabou por levar à produção do horror perante o cadáver e, a partir daí, aos primeiros ritos de sepultamento, contemporâneos da religiosidade embrionária emergente nas narrativas míticas.

A criação da religião, da arte, da política e da ciência se sucedem como reação humana perante o horror ao cadáver, à morte, à destruição. Ao mesmo tempo, estas criações sublimes não escapam do destino trágico de também serem postas a serviço do mal que combatem, tornando-se instrumento da destrutividade humana.

Religião, arte, política, filosofia e ciência instrumentam a humanidade na reflexão sobre o mal e a destrutividade até o século XIX, quando caberá a Sigmund Freud a descoberta do inconsciente dinâmico e a invenção da psicanálise, estabelecendo uma maneira original de pensar a partir das questões levantadas por esses saberes que a precedem.

Seguindo as pistas que encontra na clínica, Freud defronta-se, inicialmente, com a presença do sexual na origem do mal que acomete seus pacientes. Compartilhando a lógica que antecede sua entrada na clínica, concebe o aparelho mental como destinando o indivíduo a buscar o prazer e a evitar o desprazer. Porém, dois cenários estão destinados a colocar em xeque esta perspectiva teórica. No campo da clínica, os fenômenos relacionados ao masoquismo irão mostrar a ele a frequência com que a busca inconsciente do desprazer torna o indivíduo aparentemente incapaz de exercer sua disposição à busca do prazer. No campo político-social, os milhões de cadáveres produzidos pela catástrofe da primeira guerra mundial demonstram que algo dentro do Homem fala mais alto do que sua propalada busca racional pelo bem para todos.

As ideias de Sabina Spielrein a respeito da pulsão de destruição, apresentadas em 1911 sob o título *A destruição como causa do devir* (Cromberg, 2005), encorparão sua reflexão a ponto de levá-lo a postular a existência do que virá a chamar *pulsão de morte*, o que tornará público com o lançamento de *Além do princípio do prazer*, em 1920 (Freud, 1920/1976).

Destinado inevitavelmente à controvérsia, o conceito de *pulsão de morte* veio acrescentar um conjunto novo de questões à teoria psicanalítica, levada agora a refletir sobre algo que estaria antes e para além do sexual nas origens

do sujeito psíquico. Em 1929, no texto *O mal-estar na civilização*, Freud irá estender sua reflexão ao alcance de toda produção cultural humana. (Freud, 1929/1974)

A história do século XX veio desfazer, de uma vez por todas, a idéia de que a razão poderia vir a pôr limite à crueldade humana, levada agora a níveis inimagináveis até então. A violência e a destrutividade que grassam na cultura globalizada do século XXI corroboram esta tese diariamente.

Neste contexto, é perfeitamente compreensível que o debate em torno do tema da ética volte a mostrar-se muito atual. Presente no campo da filosofia desde os alvares desta, tal debate encontrará, no campo de investigação da psicanálise, um papel nada menos do que central, já que a descoberta freudiana se dará no contexto do exame das relações entre *moral sexual civilizada* e *doença nervosa moderna* (Freud, 1908/1976), como diz a expressão com a qual ele intitulará seu trabalho publicado em 1908. Seu testemunho a respeito da importância da situação inicial de desamparo (*Hilflosigkeit*) da cria humana na gênese das doutrinas morais virá a constituir a matéria-prima da sua reflexão sobre a ética, estando cabalmente afirmada por ele já em 1895 (Freud, 1895/1975), nesta célebre passagem do *Projeto para uma psicologia científica*: “o desamparo (*Hilflosigkeit*) inicial dos seres humanos é a fonte primordial (*Urquelle*) de todos os motivos morais (*moralischen Motive*)”.

Se, por um lado, Freud inicia sua investigação observando o resultado do embate entre o que ele virá a chamar de *pulsão sexual* com o que ele inicialmente concebe como *motivos morais*, a indagação sistemática irá levá-lo, ao final da década de 20 do século passado, em *O mal-estar na civilização*

(Freud, 1929/1974), agora já munido da concepção de uma *pulsão de morte* e do testemunho das atrocidades perpetradas pelos homens civilizados, a fazer um julgamento pouco alentador a respeito da constituição humana. Nesta obra, afirma ele sem meias palavras:

Os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. “Homo homini lúpus” (p.133).

Não há lugar para dúvidas quanto à posição de Freud aqui: a pulsão para a destrutividade e para a produção do mal não é extrínseca ao indivíduo, tendo origem fora dele. Pelo contrário, é constituinte do sujeito, intrínseca a ele desde suas origens.

Se, no primeiro momento da investigação freudiana, a indagação é a respeito de como o mal, sob a forma da doença nervosa, emerge em um indivíduo de boa compleição moral, agora a indagação é contrária: como pode um ser dotado de tal tendência intrínseca à destrutividade tornar-se um ser capaz de conduzir-se eticamente?

É esta a indagação que nos reúne hoje aqui, num momento em que a sociedade brasileira parece vir perdendo, ao longo das últimas décadas, a

capacidade de propiciar às suas crianças as condições necessárias à transmissão de valores éticos mínimos, levando-nos ao triste papel de nação líder na produção de índices de homicídio no mundo globalizado. Como pôde ocorrer, nas últimas décadas, de a sociedade brasileira perder a capacidade de mostrar às suas crianças o valor da preservação da vida biológica do semelhante? E o que dizer, então, dos demais valores éticos, se sequer a preservação da vida biológica do outro é um valor moral relevante?

Além disso, o contexto global não é muito mais alentador, pois a produção do mal se dá em todos os níveis de grandeza, desde o nível da crise da economia global, que afeta todos os países, passando pelos dilemas continentais europeu, africano e latino, por exemplo, passando pelas zonas conflagradas, como o Oriente Médio, os conflitos nas fronteiras geográficas, até o aumento da criminalidade no interior de cada estado nacional.

A questão à qual não podemos fugir é: a psicanálise tem legitimidade para dizer algo a respeito disso? E o que pode dizer sem ir além do que a observação do seu campo de investigação lhe permite sustentar?

Em 1921, em seu trabalho *Psicologia de grupo e análise do ego*, Freud (1921/1976), defendeu a legitimidade da pretensão da psicanálise de compreender a interdependência absoluta que existe entre a psicologia do indivíduo e a psicologia dos grupos. Sustentam-se ambas uma à outra. A cultura pode fazer de cada criança um ser moral, que, por sua vez, sustentará a preservação dos valores éticos e morais em sua cultura.

Partindo desses supostos teóricos, devemos, portanto, examinar a maneira como as nossas práticas sociais estão construindo as figuras do mal sob as quais padecemos hoje. Devemos nos indagar a respeito dos modos de

produção de subjetividade na contemporaneidade. Um tempo em que tal produção deixou de ficar a cargo dos agentes de subjetivação históricos, a saber, a religião, o texto sagrado e a palavra escrita, passando a ficar a cargo da mídia destinada à venda de mercadorias através da produção de imagens.

A mesa que compomos neste momento tem por título “*Di-ver-cidades e Sujeitos*”, o que nos põe desde o início perante um significante enigmático a ser decifrado. Podemos recortar de sua polissemia: ver de duas maneiras; ver diversas coisas com diversos modos de ver; ver cidades. Estes três recortes já nos dão assunto suficiente para o tempo exíguo de que dispomos.

A contemplação dos dois primeiros dos sentidos acima recortados está garantida já na composição da mesa: um psicanalista, um filósofo e um arquiteto. Resta-nos “ver cidades”.

A cidade pode ser pensada como a localização geográfica que está na origem da gestação da subjetividade contemporânea. De duas maneiras: historicamente, como lugar privilegiado de difusão do conhecimento durante muitos séculos, só perdendo este papel definitivamente com o advento da *World Wide Web* e das “ciber-cidades” contemporâneas. Por outro lado, como cenário privilegiado da produção da violência na cultura globalizada transnacional.

Se, historicamente, as cidades se protegeram com grossas muralhas contra a violência que as ameaçava a partir de fora, hoje o perigo é gestado nas suas próprias entranhas. Se, historicamente, o mal podia ser territorializado e confinado a bolsões de violência localizados dentro das cidades, hoje não podemos mais desfrutar desta garantia: o mal está desterritorializado, irrompe dentro de cada escola, de cada lar.

Também é importante lembrar aqui a relação íntima que os três participantes desta mesa mantêm como tributários da cidade na origem dos seus quefazeres. O arquiteto como mentor da urbanização racional. O filósofo como herdeiro do espaço de reflexão difundido ao abrigo da *polis* grega. O psicanalista como herdeiro da produção intelectual de Freud, gestada em Viena, uma metrópole que já abrigava mais de dois milhões de habitantes ao final do século XIX.

No que se refere aos dispositivos de produção de subjetividade, podemos tomar a entrada maciça dos aparelhos de televisão nos lares urbanos, a partir de meados do século XX, como o divisor de águas que marcará o declínio do poder, até então soberano, da palavra e do **texto** como condutores do processo de subjetivação. A partir de então, por meio da disponibilização, inicialmente nos meios urbanos, de sucessivas tecnologias de difusão de vídeo, a palavra terá seu poder rivalizado, como balizador do processo de subjetivação, pelo poder da **imagem**, dando um novo e assustador significado a uma ideia muito antiga: uma imagem fala mais do que mil palavras.

Quando lemos os casos do *“Pequeno Hans”* e do *“Homem dos lobos”*, vemos crianças imersas nas imagens do entorno do seu lar, ouvindo as narrativas dos adultos e vendo reproduções de imagens impressas em folhas de papel. São estas as mídias subjetivantes a que estão submetidas. Nelas, a palavra e o texto são soberanos, a imagem tem papel secundário e complementar ao texto, não tendo independência em relação a este. A criança urbana de hoje, antes que possa falar ou caminhar, vive imersa no mundo de imagens provindas da tela do televisor, do videogame e do computador. A ação

subjetivante da mídia já age antes da mediação da palavra, na imediação da mensagem visual.

A entrada da mediação da experiência pelo texto se dará num segundo momento, na apresentação das convenções sociais pela palavra dos pais e dos educadores nos berçários e creches. Um paradoxo se apresenta: o fato de a criança viver, em nossas cidades, exposta a um maior número de adultos, incluindo educadores profissionais, envolvidos em sua educação, não garante maior sucesso na transmissão de valores morais: a agressividade física contra crianças e adultos, a prática crescente do *bullying*, o crescimento do uso de substâncias psicoativas ilegais e mesmo do porte de armas pelas crianças e adolescentes em idade escolar seguem crescendo sem sinais de arrefecimento.

Não pode haver dúvida quanto ao papel da cultura no controle do comportamento agressivo humano: ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira dirigia-se a assumir a liderança mundial na produção de jovens homicidas, a criminalidade cresceu comparativamente menos em países europeus, e o número de suicídios ainda rivaliza com o número de homicídios entre os japoneses.

Alguns aspectos da realidade brasileira devem ser elencados entre os fatores sociais que se aliam à produção da violência, destacando-se três dentre eles: (1) o grande crescimento e aparelhamento do crime organizado, em especial na comercialização de substâncias psicoativas de uso ilegal, com maior gravidade quando se trata de derivados da cocaína cujo consumo está associado ao aumento dos comportamentos violentos; (2) a deterioração das condições de vida nos espaços urbanos degradados pelo crescimento

populacional derivado dos fenômenos relacionados ao êxodo rural brasileiro, levando à expansão da urbanização anárquica nos cinturões de pobreza circundantes às zonas metropolitanas, nos quais os equipamentos destinados à produção da saúde e do bem-estar social estão ausentes ou inoperantes; (3) a descrença na capacidade de a democracia representativa brasileira e de os políticos que a operam darem respostas efetivas aos clamores advindos das camadas populacionais mais desfavorecidas social e economicamente.

Perante um quadro de tal grandeza e de tal gravidade se impõe a pergunta: o que pode a psicanálise dizer sobre isso? Por outro lado, dada sua compreensão a respeito das origens do sujeito psíquico, pode ela se abster, sem afastar-se de sua dimensão necessariamente ética, de dar sua contribuição a este debate?

Como é de todos sabido e já foi referido anteriormente, só a palavra pode tratar de colocar limite à crueldade humana. A tragédia brasileira é a incapacidade da nossa sociedade de dar poder à palavra na sustentação de valores éticos e morais. Se, por um lado, existe o discurso das boas intenções, a prática dos maus valores se impõe no cotidiano, falando mais alto na produção da subjetividade das nossas crianças e jovens.

Como leitor da comunicação humana a partir do ponto de vista do saber psicanalítico, cabe ao psicanalista o papel de decifrador e denunciador das práticas discursivas e sociais que se colocam a serviço da banalização e proliferação da produção do mal e da violência. Cabe destacar aqui o valor do ingresso dos psicanalistas no campo de trabalho dos serviços de assistência pública à saúde mental, locais onde seu saber encontra aplicação valiosa na

produção da crítica a estas práticas discursivas e sociais que se põem, inadvertidamente, a serviço da disseminação da violência.

Ao mesmo tempo, é imprescindível que o psicanalista perceba a maneira como sua representação social tradicional põe obstáculo ao desempenho deste papel. Refiro-me à representação do psicanalista recolhido ao seu consultório na clínica privada, atendendo pessoas de alto poder aquisitivo no divã quatro vezes por semana. Se pensarmos que apenas isso é psicanálise, não teremos o que oferecer à população socioeconomicamente desfavorecida que busca, em massa, acolhida ao seu sofrimento nos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) do país. É necessário que o psicanalista reflita sobre seu papel nestes locais de atendimento público. Decorrerá desta reflexão a percepção da necessidade de rever a ideia de que apenas o *setting* psicanalítico tradicional permite ação efetiva sobre a constituição do sujeito psíquico. O que leva a repensar as maneiras como o psicanalista pode exercer seu papel de agente dos processos de subjetivação nos equipamentos de saúde mental das instâncias públicas.

Freud mudou o mundo com seu trabalho e suas palavras. É possível que consigamos colher de suas ideias os ingredientes de que precisamos para pensar os processos de subjetivação em vigor na sociedade brasileira a ponto de podermos vir a deixar de lamentar o triste lugar que ocupamos hoje no papel de cultura capaz de transmitir eficientemente valores éticos e morais às suas novas gerações.

## **Referências**

- CROMBERG, RU. (2005) *As origens do conceito de pulsão de morte: introdução à obra de Sabina Spielrein*. São Paulo: IV ENCONTRO LATINO-AMERICANO DOS ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE; 2005. <http://www.estadosgerais.org/encontro/IV/PT/mesas.php>. acessado em 30/05/2010.
- FREUD S. (1908/1976) Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. In: J. Strachey (Ed. & Trad.) *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 9, pp.183-208) Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD S. (1920/1976) Além do princípio do prazer. In: J. Strachey (Ed. & Trad.) *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp.11-85). Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD S. (1921/1976) Psicologia de grupo e análise do ego. In: J. Strachey (Ed. & Trad.) *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 87-179) Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD S. (1929/1974) O mal-estar na civilização. In: J. Strachey (Ed. & Trad.) *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp 73-171) Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD S. (1950 [1895]/1975) Projeto para uma psicologia científica. In: J. Strachey (Ed. & Trad.) *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol.1, 381-517) Rio de Janeiro: Imago; p 422.